

# Revista **1ª** EVOLUÇÃO



# ANOS



# Revista **EVOLUÇÃO**

Ano V - nº 49 - Fevereiro de 2024

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

**Editor Responsável:**

Antônio Raimundo Pereira Medrado

**Editor correspondente (Angola):**

Manuel Francisco Neto

**Coordenaram esta edição:**

Vilma Maria da Silva

Andreia Fernandes de Souza

**Organização:**

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

**Colunistas:**

Adeilson Batista Lins

Isac Chateaufeuf

## AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Adriana Pereira Santos da Silva  
Alexandre Passos Bitencourt  
Andreia Pereira dos Santos  
Daniel Leopoldo Moreira Barbosa  
Daniela Proença Verly da Silva  
Fátima Tomás Dias dos Santos Gama  
Francineide de Oliveira Ferreira  
Gláucia Paula da Silva

Maria Angela Ferreira Oliveira  
Maria de Lourdes Ferreira Da Silva  
Nilma Aparecida Gonçalves Bernardes  
Rebeca dos Santos Faria  
Ricardo José Ferreira de Carvalho  
Rosinalva de Souza Lemes  
Vilma Cavalcante Sabino da Silva

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 5, n. 49 (fev. 2024). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2024. 122 p. : il. color

**Bibliografia**

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2675-2573.rpe.49

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

**ACESSOS:**

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.49>

**A**

São Paulo | 2024

#### Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

#### Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

#### Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima  
Andreia Fernandes de Souza  
Antônio Raimundo Pereira Medrado  
Isac Chateaneuf  
José Wilton dos Santos  
Manuel Francisco Neto  
Vilma Maria da Silva

#### Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins  
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt  
Prof.ª Esp. Ana Paula de Lima  
Prof.ª Dra. Andreia Fernandes de Souza  
Prof.ª Dra. Denise Mak  
Prof. Dr. Isac Chateaneuf  
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto  
Prof.ª Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco  
Prof.ª Esp. Mirella Clerici Loayza  
Prof.ª Dra. Thais Thomaz Bovo

#### Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

#### Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins  
Prof. Dr. Isac Chateaneuf

#### Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado  
Vilma Maria da Silva  
Lee Anthony Medrado

#### Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703  
Whatsapp: 55(11) 99543-5703  
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)  
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)  
<https://primeiraevolucao.com.br>

#### Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>  
<https://pixabay.com>  
<https://www.pngwing.com>  
<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições  
**Livro Alternativo**

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.  
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

#### PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

#### PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as) e autores(as) independentes**;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

Filiada à:



Produzida com utilização de softwares livres



## 05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado

06 **Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes**

Isac dos Santos Pereira

07 **Ciência, Tecnologia & Sociedade**

Adeilson Batista Lins

## 4 ANOS EVOLUINDO COM VOCÊ!



## ARTIGOS

- |   |     |
|---|-----|
| 1. INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA PELA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL<br>ADRIANA PEREIRA SANTOS DA SILVA  | 11  |
| 2. PROJETO DUARTE: UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA INOVADORA COM PROJETOS DE TRABALHO<br>ALEXANDRE PASSOS BITENCOURT  | 23  |
| 3. O PAPEL DA ESCOLA NA PERPETUAÇÃO OU RUPTURA DE ESTEREÓTIPOS RELATIVOS AO GÊNERO<br>ANDREIA PEREIRA DOS SANTOS  | 31  |
| 4. PRÁTICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR<br>DANIEL LEOPOLDO MOREIRA BARBOSA  | 37  |
| 5. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AÇÕES PROMOTORAS DE IGUALDADE<br>DANIELA PROENÇA VERLY DA SILVA   | 45  |
| 6. A INFLUÊNCIA DE FACTORES PSICOSSOCIAIS NO DESEMPENHO ESCOLAR<br>FÁTIMA TOMÁS DIAS DOS SANTOS GAMA  | 51  |
| 7. EDUCAÇÃO ESPECIAL: INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA DOCENTES<br>FRANCINEIDE DE OLIVEIRA FERREIRA   | 63  |
| 8. O PAPEL TRANSFORMADOR DAS TECNOLOGIAS NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19<br>GLÁUCIA PAULA DA SILVA | 67  |
| 9. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA COMO FERRAMENTA PARA A MELHORIA DO PROCESSO EDUCACIONAL<br>MARIA ANGELA FERREIRA OLIVEIRA   | 71  |
| 10. AS CONTRIBUIÇÕES DA MÚSICA AO LONGO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL<br>MARIA DE LOURDES FERREIRA DA SILVA   | 77  |
| 11. AS PRÁTICAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL<br>NILMA APARECIDA GONÇALVES BERNARDES  | 87  |
| 12. TRAUMAS BUCOMAXILOFACIAIS DECORRENTES DE TRAUMAS ESPORTIVOS<br>REBECA DOS SANTOS FARIA /ORIENTADOR: WALTER PAULESINI JÚNIOR   | 95  |
| 13. A MATEMÁTICA EM MOVIMENTO UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR<br>RICARDO JOSÉ FERREIRA DE CARVALHO   | 103 |
| 14. ESTRATÉGIAS DE INCLUSÃO PARA CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL<br>ROSINALVA DE SOUZA LEMES  | 109 |
| 15. A IMPORTÂNCIA DA PSICANÁLISE DOS CONTOS DE FADAS DESDE A INFÂNCIA<br>VILMA CAVALCANTE SABINO DA SILVA   | 115 |

# GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA COMO FERRAMENTA PARA A MELHORIA DO PROCESSO EDUCACIONAL

MARIA ANGELA FERREIRA OLIVEIRA<sup>1</sup>

## RESUMO

O Plano Nacional de Educação trouxe entre suas metas para as escolas, a criação e a regulamentação a partir de um novo modelo de gestão, onde a escola deveria abrir espaço para a comunidade participar, assegurando-lhes autonomia administrativa e pedagógica. As práticas educativas devem ocorrer em todos os espaços e deve haver a participação de todas as pessoas envolvidas no processo, sendo responsáveis pela organização e pela qualidade de ensino, de forma democrática. Assim, o presente artigo tem como objetivo geral, discutir sobre a implementação da gestão democrática e participativa nas escolas públicas; e como objetivos específicos, a importância da participação da comunidade. Os resultados encontrados indicaram que diferentes estratégias para a sua implementação se mostram excelentes ferramentas para resolver problemas e alcançar uma educação de qualidade.

**Palavras-chave:** Plano Nacional de Educação; Gestão; Comunidade Escolar.

## INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 conjuntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/1996, presumem que as relações existentes dentro da escola devem gerar integração, cooperação e participação, havendo a necessidade de propostas que devem ser construídas pelos próprios atores sociais envolvidos no processo.

Porém, como problemática tem-se que nos dias atuais, ainda falta formação adequada para gestores e demais profissionais da educação, para colocar em prática projetos que almejem alcançar uma escola pública de qualidade e com compromisso político. Engajando nesses ideais, os docentes e demais funcionários da equipe escolar, tem que conhecer o mais rápido possível o Projeto Político Pedagógico (PPP), onde estão descritas as ações pedagógicas da unidade escolar,

estudando-o e conhecendo as propostas a fim de que possam ser aplicadas.

Nesse sentido, surge a importância de se discutir sobre o tema uma vez que é preciso pensar na qualidade do processo educacional e nas práticas que podem resultar nisto.

Assim, como objetivo geral, discutir sobre a implementação da gestão democrática e participativa nas escolas públicas; e como objetivos específicos, a importância da participação da comunidade.

## BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

No final da década de 1980, o Brasil passou por uma transição política intensa. As décadas anteriores haviam sido marcadas pela ditadura militar, mais precisamente a partir do ano de 1964, no governo de Getúlio Vargas, que censurava diversos campos, inclusive o da cultura. Com o fim da ditadura, o país passou a

<sup>1</sup> Professora de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de São Paulo. Graduada em pedagogia pela Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul); especialista em alfabetização e letramento, psicopedagogia e educação especial pela Unicsul, cursando especialização em direitos humanos pela Unifesp.

redesenhar o panorama político, redemocratizando os diferentes setores, incluindo a Educação (GERMANO, 2000).

No caso da gestão democrática, o conceito surgiu a partir da necessidade de se eliminar a cultura até então imposta por cargos de confiança indicados pelos governantes, o que com o novo modelo evitaria a centralização dos recursos e a interferência do governo como um todo (KRAWCZYK e VIEIRA, 2008).

Esse tipo de gestão foi institucionalizado no país a partir da Constituição de 1988. O artigo 206, inciso VI, trouxe uma nova forma de administrar as escolas públicas. Houve assim, a necessidade no começo da década de 1990, de entender melhor como se daria esse processo havendo diversas discussões em seminários, fóruns e congressos, para esclarecer e aplicar esse novo modelo de gestão (TROJAN, 2009).

Sendo assim:

Tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico em construção coletiva coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública (PARO, 1986, p. 46).

Na sequência, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/96, regulamentou a gestão democrática como novo princípio de gerir as escolas públicas. Pode-se destacar o artigo 3º que indicou: "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino" (BRASIL, 1996, s/p.).

As escolas deveriam utilizar agora como forma de administrar os processos educacionais a gestão democrática pública e participativa, regulamentando-a de acordo com o funcionamento das unidades escolares (BRASIL, 2001).

Barros (2009) relata que a gestão democrática não deve ser composta somente por gestores, mas, sim por toda a comunidade a

fim de que o Projeto Político Pedagógico (PPP), por exemplo, seja elaborado através de uma construção coletiva que se preocupe com a qualidade da educação.

Desta forma, a gestão democrática e participativa é entendida como:

A possibilidade de a escola elaborar e gerir seus planos, programas e projetos. A autonomia administrativa da escola evita que esta seja submetida a uma administração na qual as decisões, a ela referente, sejam tomadas fora dela e por pessoas que não conhecem a sua realidade, contribuindo desse modo para que a comunidade escolar possa, por meio da vivência de um processo democrático e participativo, romper com a cultura centralizadora e pouco participativa em que têm sido elaborados os projetos e efetivadas as tomadas de decisões (DOURADO et al, 2006, p. 5).

É preciso considerar a participação em reuniões do conselho de escola, por exemplo, levando-se em consideração as conversas informais, as opiniões, sugestões críticas, entre outras questões de acordo com as necessidades e os devidos acertos, contribuindo no que for indispensável, assim Libâneo (2015), compreende a gestão democrática do ponto de vista das relações existentes nas escolas como essencial para que a democracia aconteça.

Gadotti (2004), relata a necessidade de a comunidade compreender a democratização das escolas para que realmente ela possa participar. Essa participação possibilita maior organização, pois, contribui para a democratização das relações de poder e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade da educação:

Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade todos os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida (GADOTTI, 2004, p. 16).

Paulo Freire também traz contribuições a respeito do processo:

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por

dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade (FREIRE, 1995, p. 91).

Nesse sentido, a escola deve reunir esforços para que junto à comunidade, consiga realizar práticas e ações compartilhadas fortalecendo assim, a participação efetiva da comunidade.

### **A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA**

A gestão democrática interfere diretamente no processo de ensino e aprendizagem, trazendo mais oportunidade aos estudantes como um todo. Por isso, é preciso responder aos seguintes questionamentos: Como funciona a gestão democrática nas escolas? Quem são os atores sociais envolvidos na gestão democrática? E quais os desafios que ela enfrenta?

A igualdade entre a população é uma sentença criada pela própria democracia:

Como processo de atualização histórico-cultural, a educação envolve dimensões individuais e sociais, devendo visar tanto ao viver bem pessoal quanto à convivência social, no desfrute dos bens culturais enquanto herança histórica que se renova continuamente. A democracia, como meio para a construção da liberdade em sua dimensão histórica, faz parte dessa herança cultural. Entendida como processo vivo que perpassa toda a vida dos indivíduos, laborando na confluência entre o ser humano singular e sua necessária pluralidade social, ela se mostra imprescindível tanto para o desenvolvimento pessoal e formação da personalidade individual, quanto para a convivência entre grupos e pessoas e a solução dos problemas sociais, colocando-se, portanto, como componente incontestável de uma educação de qualidade (PARO, 2000, p.13).

Ainda:

O entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas

em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um todo orientado por uma vontade coletiva (LUCK, 1996, p. 37).

Um exemplo do novo modelo de gestão foi o Conselho de Escola, órgão colegiado responsável por discutir a administração e votar naquilo que a maioria acredita que é melhor para a escola e para os estudantes envolvidos, deve ser representado por diferentes segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, gestão, professores e funcionários (SILVA, 2016).

As preocupações da gestão democrática incluem a formação do conselho escolar; a reorganização das associações estudantis; a reformulação de projetos político-educacionais; a participação de pelo menos dois representantes por unidade para a eleição dos conselheiros escolares; entre outros.

Já um problema está relacionado as políticas públicas voltadas a gestão democrática que mudam seus anseios de quatro em quatro anos, levando em consideração os princípios que regem o partido político eleito, ocorrendo assim uma descontinuidade nas diretrizes educacionais, refletindo nas escolas como um todo (SOUZA, 2002).

Os princípios que regem o partido político eleito no pleito provocam uma descontinuidade nas políticas educacionais da rede em questão. Isso porque o poder público tem o poder de controlar diversas situações como: a administração escolar, a falta de professores, problemas estruturais e sistemas de dados que impliquem o controle das escolas públicas.

Assim, a possibilidade de uma administração democrática a partir de uma articulação, forma e conteúdo, compreende os interesses da sociedade atual e está relacionado com o objeto a ser administrado:

a) dos objetivos que se buscam alcançar com a escola; b) da natureza do processo que envolve essa busca. Esses dois aspectos não estão de modo

nenhum desvinculados um do outro. A apropriação do saber e o desenvolvimento da consciência crítica, como objetivos de uma educação transformadora, determinam (...) a própria natureza peculiar do processo pedagógico escolar; ou seja, esse processo não se constitui em mera diferenciação do processo de produção material que tem lugar na empresa, mas deriva sua especificidade de objetivos (educacionais) peculiares, objetivos estes articulados com os interesses sociais mais amplos e que são, por isso, antagônicos aos objetivos de dominação subjacentes à atividade produtiva capitalista (PARO, 1996, p.151).

A gestão democrática prevista em lei, apresenta-se excelente ferramenta na resolução de problemas que inviabilizam a construção de uma educação de qualidade. As Unidades Escolares (U.E.) que possuem maior participação da comunidade no conjunto das decisões, resolvem seus conflitos de forma consensual, contemplando opiniões divergentes com relação ao corpo diretivo (ARCE, 2018).

Esse tipo de gestão, assim como a formação de gestores, é meta prioritária do Ministério da Educação e Cultura (MEC), uma vez que a qualidade da educação básica está diretamente relacionada a ela. Neste modelo, as diretrizes para uma escola são discutidas por todo o grupo e decididas. O papel da direção da escola neste caso é apoiar o grupo e permitir autonomia, participação, transparência, responsabilidade e ética.

Assim as escolas tiveram que aceitar o modelo de gestão democrática como instrumento administrativo e regulamentar os objetivos aplicáveis ao funcionamento das U.E. padrões. Não obstante, a gestão escolar refere-se às atividades administrativas, financeiras, tecnológicas, sociais e educacionais relacionadas ao cronograma que as escolas devem realizar com base na regulamentação e na legislação vigente, além das ações e relações estabelecidas com a comunidade do entorno (SILVA, 2018).

Trazendo um outro olhar para a gestão escolar como um todo inclui liderança, planejamento, organização, direção, facilitação e outros processos relacionados à organização,

promoção do aprendizado e educação dos estudantes. O tema diz respeito, entre outras questões, aos processos e funções de coordenadores, diretores, supervisores e auxiliares.

A sua relevância prende-se com o fato de estes profissionais serem responsáveis pela organização e direção administrativa e pedagógica da escola, promovendo uma cultura escolar proativa e empreendedora através da autonomia, da resolução de problemas e da gestão adequada dos problemas existentes, utilizando-os como circunstâncias para o desenvolvimento e a aprendizagem em geral.

O problema nesta área é muitas vezes geral e complexo e, portanto, requer uma consideração mais ampla e articulada do que é dada a essas funções específicas. Ou seja, esses profissionais desempenham um papel de extrema importância na escola, pois são articuladores, promotores e estimuladores de ações que estimulam a discussão e a reflexão no espaço coletivo.

De acordo Mendonça (2001) existem vários fatores que dificultam essa implementação desse processo como: interferência política na educação o funcionamento do sistema como um todo; processos administrativos extremamente burocráticos; e autoritarismo por parte da direção e administração escolar. Além disso, é preciso que a comunidade entenda o processo de democratização para que ele seja aplicado.

Para que a gestão democrática ocorra de forma eficaz porque está sob outras posições de liderança acima da sua, entre os alunos, entre os pais e/ou responsáveis e a comunidade. Por isso, é importante que todos na escola falem a mesma língua e sejam capacitados para que a comunidade possa participar verdadeiramente das decisões que existem e se repetem no ambiente escolar.

Um dos principais requisitos da democracia é a proteção dos direitos humanos, assim como a liberdade de expressão, a

oportunidade de participar da vida política e de se apropriar da cultura. O conceito de democracia procura respeitar a base da liberdade humana como direito, sendo assegurada pelos governantes que detêm as atribuições reguladoras dos deveres e dos direitos da massa (MAZZA et al., 2017).

Intervenções significativas são, portanto, necessárias partindo-se de formações específicas para os profissionais da Educação desenvolvendo o acolhimento às diversidades, aos conceitos e as implicações inclusive das múltiplas deficiências para o desenvolvimento do estudante dentro do processo de ensino e aprendizagem, trazendo estratégias e adequações curriculares específicas para o suporte e atendimento aos estudantes.

Desta forma, é preciso se inteirar das informações e ter conhecimentos, desse processo afim de tomar decisões coletivamente compartilhando as decisões ao máximo de indivíduos, cumprindo com as responsabilidades pleiteadas em assembleia, respeitando o ser humano como pessoa e não como um objeto de trabalho cumprindo assim com os objetivos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já discutido, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394/1996, presumem que as relações existentes dentro da escola devem gerar integração, cooperação e participação, havendo a necessidade de propostas que sejam construídas pelos próprios atores sociais envolvidos no processo.

A descentralização do poder foi fundamental para que a gestão democrática e participativa pudesse ser implementada nas escolas. Com ela, todos os atores sociais podem discutir sobre o que é melhor para a escola e principalmente para o estudante. Por isso, é fundamental a participação dos responsáveis e da comunidade escolar no sentido de dar voz, compreender e interagir com o processo, resultando em uma educação de qualidade e que atenda a todos.

Infelizmente apesar da legislação pertinente, ainda é possível se deparar com alguns obstáculos como a utilização dos espaços das escolas, que nem sempre estão preparados para práticas diferentes do que se realiza no horário de aula; do reconhecimento dos princípios da educação integral, para uma efetiva emancipação das escolas; entre outros, e dos membros dos Conselhos de Escola, quanto à participação da comunidade, pois, muitos ainda não frequentam ou não sabem que tem esse direito.

Pode-se considerar também a necessidade da retomada e da revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP), uma vez que nele deve constar os princípios da gestão democrática e participativa, integrando diversos fatores e considerando os princípios da Educação Integral.

Nesse sentido, os resultados desta pesquisa demonstraram que a implementação da gestão democrática tem ocorrido de maneira significativa, porém, são necessárias outras intervenções para que ela atinja todas as escolas. Por esse motivo, existe a necessidade de se discutir sobre gestão educacional a partir da gestão democrática, relacionando às suas aplicações e possíveis desafios que deverão ser enfrentados.

## REFERÊNCIAS

- ARCE, P.D. **É possível a gestão democrática na Rede Municipal de Ensino de São Paulo?** Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: PUC, 2018, 99 p.
- BARROS, L.A.M. **Gestão Democrática Escolar**. 2009. Disponível em: [http://repositorio.roca.utfpr.edu.br:8080/jspui/bitstream/1/3513/1/LD\\_EJA\\_I\\_2013\\_15.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br:8080/jspui/bitstream/1/3513/1/LD_EJA_I_2013_15.pdf). Acesso em: 16 fev. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 010172**, de 9 de janeiro de 2001. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. Brasília – MEC, 2001. Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- DOURADO, L.F.; MOARES, K.N. de; OLIVEIRA, J.F. **Conselho Escolar e Autonomia**: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola. Belo Horizonte: UFG, 2006, p. 1-6.
- FREIRE, P. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. Olho D'água. 6. ed., 1995.
- GADOTTI, M. **Escola Cidadã**: a hora da sociedade. São Paulo: Cortez / Instituto Paulo Freire, 2004.

- GERMANO, J.W. **Estado Militar e Educação no Brasil: 1964-1985**. São Paulo: Cortez, 2000.
- KRAWCZYK, N.R.; VIEIRA, V.L. **A reforma educacional na América Latina nos anos 1990: uma perspectiva histórico-sociológica**. São Paulo: Xamã, 2008.
- LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6 ed. rev. ampl. São Paulo: Heccus, 2015.
- LUCK, H. Gestão educacional: estratégia, ação global e coletiva no ensino. In: FINGER, A. et al. **Educação: caminhos e perspectivas**. Curitiba: Champagnat, 1996.
- MAZZA, D.; SPIGOLON, N.I.; MODESTO, C.M. S.; FONTEBASSO, D.; ZAN, D.; FERRAZ, E.; PATTARO, T. **Educação integral: concepções e práticas no Brasil**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2017. Anais e trabalhos completos 1. Educação integral. II. Seminário de Educação Integral: concepções e práticas no Brasil. (2: 2017: Campinas, SP).
- PARO, V.H. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 1986.
- PARO, V.H. **Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública**. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n2/a02v28n2.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- SILVA, M.A. Atribuições, concepções e trabalho do diretor escolar após 2007. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 18, n. 56, p. 253-278, jan./mar. 2018.
- SILVA, R.M. Processo histórico e político da gestão democrática escolar no Brasil. **Revista de Educação, Ciências e Matemática** v.6 n.2, mai/ago 2016.
- SOUZA, A.L.L. de. Estado e educação pública: tendências administrativas e de gestão. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Félix (orgs.). **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 89-103.
- TROJAN, R.M. Políticas educacionais na América Latina: tendências em curso. **Revista Iberoamericana de Educación**. n. 51/1, 2009. Disponível em: <http://www.rieoei.org/deloslectores/3172Trojan.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.



**ORGANIZAÇÃO:**  
Manuel Francisco Neto  
Vilma Maria da Silva

**AUTORES(AS):**

- Adriana Pereira Santos da Silva
- Alexandre Passos Bitencourt
- Andreia Pereira dos Santos
- Daniel Leopoldo Moreira Barbosa
- Daniela Proença Verly da Silva
- Fátima Tomás Dias dos Santos Gama
- Francineide de Oliveira Ferreira
- Gláucia Paula da Silva
- Maria Angela Ferreira Oliveira
- Maria de Lourdes Ferreira Da Silva
- Nilma Aparecida Gonçalves Bernardes
- Rebeca dos Santos Faria
- Ricardo José Ferreira de Carvalho
- Rosinalva de Souza Lemes
- Vilma Cavalcante Sabino da Silva



**doi** <https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.49>

Produzida com utilização de softwares livres



Platform & workflow by OJS / PKP

[www.primeiraevolucao.com.br](http://www.primeiraevolucao.com.br)

